

# Alerta de Luís Rodrigues, Presidente da SATA

## Rotas do Pico, Faial e Sta. Maria poderão estar em causa em 2023

O Presidente do Conselho de Administração da SATA, Luís Rodrigues, admitiu que o atraso na resolução do problema das rotas deficitárias entre os Açores e o continente, poderá gerar um “problema” em 2023.

“É uma coisa que não depende da companhia. Tem de ser resolvida entre o Governo da República, a Região e a ANAC [Autoridade Nacional de Aviação Civil], e que, por alguma circunstância que me ultrapassa, até agora não foi resolvida”, lembrou o administrador da SATA, durante uma audição parlamentar em Ponta Delgada.

O responsável alertou que, “no final de Março de 2023”, a companhia vai deixar de operar rotas deficitárias, por imposição de Bruxelas, situação que considerou ser “um problema” que “alguém vai ter de resolver”.

Luís Rodrigues, que foi ouvido pelos deputados, com carácter de urgência, a pedido da bancada do PS, relativamente às contas da transportadora aérea regional do primeiro semestre de 2022, referia-se às rotas de serviço público Lisboa/Santa Maria, Lisboa/Pico, Lisboa/Horta e Funchal/Ponta Delgada, que alegadamente dão prejuízo, mas que desde 2015 deixaram de ser comparticipadas pelo Estado.

“Bruxelas escreve claramente que a companhia não se pode apresentar a rotas em déficit”, alertou o administrador

*Problema a ser resolvido entre Governo da República, Regional e ANAC*



da SATA.

A imposição, disse, resulta do plano de reestruturação da empresa, aprovado pela União Europeia.

O responsável admitiu que a transportadora açoriana poderá prolongar essas rotas “por mais algum tempo”, embora considera que, do ponto de vista financeiro, isso seja “o pior” cenário.

Luís Rodrigues referiu-se também ao serviço de ‘handling’, prestado pela SATA, para dizer que, provavelmente,

a companhia não vai privatizar a empresa responsável pela bagagem aérea, atendendo a que mais de 80% do fluxo comercial está afeto à SATA Air Açores [responsável pelas ligações interilhas].

“Nenhuma instituição pode impedir a companhia aérea de fazer o seu próprio ‘handling’”, explicou o Presidente da SATA, adiantando que não faz sentido entregar a privados a totalidade de um serviço que é prestado por uma empresa de capitais públicos: “duvido que alguém

queira ficar com os restantes 15% da atividade”.

O Presidente da SATA voltou a destacar os bons resultados da companhia registados este Verão, que considerou serem “os melhores de sempre”, bem como a recuperação “milagrosa” da transportadora nos últimos anos, apesar do contexto negativo (pandemia, crise energética e guerra na Ucrânia), e admitiu que há vários interessados na privatização da Azores Airlines (responsável pelas ligações de e para o exterior dos Açores).

“O facto de já termos recebido manifestações de interesse de potenciais compradores, indica que sim, que o caminho está a ser trilhado e que é bem visto por aqueles que estão interessados”, sublinhou Luís Rodrigues.

Os deputados da Comissão de Economia aproveitaram a audição parlamentar para criticarem a forma como a SATA divulgou, em comunicado, os resultados operacionais relativos ao Verão deste ano, considerando que a forma como os números foram apresentados induz os açorianos em erro.

Os deputados do PS, que requereram a audição do Presidente da SATA e também da Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, Berta Cabral (que tutela a companhia aérea), entendem que, apesar dos dados divulgados, “os resultados operacionais da SATA estão aquém das expectativas”.

## PS acusa SATA de agravar os prejuízos

“As audições do Presidente do Conselho de Administração da Sata e da Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, Berta Cabral, vieram confirmar que os prejuízos da Azores Airlines continuam a agravar-se e já vão em 44,4 milhões de euros, até ao 3º trimestre deste ano”, acusa o PS em comunicado enviado ao nosso jornal.

Isto mesmo avançou o Vice-presidente do GPPS, Carlos Silva, após as audições que decorreram na delegação de Ponta Delgada do Parlamento dos Açores.

“Em 2019, os resultados da companhia aérea açoriana eram de 31 milhões de euros negativos e em 2022 já vamos nos 44,4 milhões de euros negativos, o que é uma trajetória que nos gera preocupação”, salientou.

Carlos Silva rejeitou as “teorias dos partidos de direita”, que dizem que “todos os males da Azores Airlines vêm do tempo dos governos regionais suportados pelo PS”, salientando que “o Governo da coligação de direita já vai para o seu terceiro Plano e Orça-

mento”.

O deputado do PS recordou, ainda, que em Fevereiro deste ano o Presidente do Conselho de Administração não via a escalada do preço dos combustíveis como “uma grande preocupação para a Azores Airlines”, mas que agora já mudou de opinião e apresenta a subida de preços nos combustíveis como “um dos principais factores para a apresentação de resultados insatisfatórios”.

“É certo que a escalada no preço dos combustíveis é uma fonte de preocupação para uma companhia aérea como a Azores Airlines, mas também é certo que o preço do barril de Brent se encontra actualmente nos 90 dólares, enquanto há uns meses atrás estava a 120 dólares por barril”, apontou o parlamentar.

Carlos Silva considerou como “positivas” algumas medidas de poupança apresentadas pelo Presidente do Conselho de Administração da Azores Airlines, mas defendeu que isso “não deve interferir com a qualidade do serviço prestado pela transportadora aérea”.



A privatização do handling, a revogação dos cortes nos vencimentos dos trabalhadores da SATA e o plano de reestruturação da Azores Airlines foram outros assuntos em cima da mesa.

Carlos Silva questionou, igualmente, o que pretende o Governo Regional fazer relativamente às Obrigações de Serviço Público (OSP) nos voos entre o continente, as ilhas de Santa Maria, Faial e Pico e a Região Autónoma da Madeira, uma vez que o plano de reestruturação da Azores Airlines, que ainda não é conhecido na sua totalidade, “não permite a operação de rotas deficitárias”.

A esse respeito, o deputado realçou que o PS/Açores já teve a oportunidade de exprimir a sua posição quanto ao financiamento das OSPs por parte do Governo da República, considerando “positiva a disponibilidade do Governo da República para participar estas OSPs”, não considerando adequado, no entanto, “o estabelecimento de um limite financeiro para esse efeito”.

“O PS não embarca em populismos, encara todas as situações com uma postura de responsabilidade e está sempre disponível para fazer parte da solução”, finalizou o Vice-presidente do GPPS, Carlos Silva.